SEPEX – Seminário de ensino, pesquisa e extensão da Uneal
18 a 20 de agosto de 2026

INCLUSÃO DIGITAL E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA NA APACC: DESIGUALDADES DE CONECTIVIDADE NA GESTÃO DE ECOSSISTEMAS RECIFAIS

Stephanie Plech da CRUZ[1], Iana dos Santos Gaudencio[2], Ariane Loudemila Silva de ALBUQUERQUE[3]
[1]Aluna do Curso de Direito na Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: stephaniepl3ch@gmail.com
[2] Aluna do Curso de Direito na Universidade Estadual de Alagoas. E-mail: iana.gaudencio.2023@alunos.uneal.edu.br
[3]Professora Titular do Curso de Direito na Universidade Estadual de Alagoas (Orientadora). E-mail: ariane@uneal.edu.br

RESUMO – Originou-se da constatação de que os recifes de corais, apesar de sua reconhecida vulnerabilidade ecológica e da importância socioeconômica para populações costeiras, continuam sujeitos a pressões antrópicas que exigem respostas institucionais, e, entre elas, a participação popular na gestão de unidades de conservação é indispensável. Nesse contexto, a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC), santuário recifal, foi escolhida para responder à questão: “Em que medida a exclusão digital compromete a efetividade dos mecanismos de participação popular, fragilizando a proteção jurídica desses ecossistemas?”. Buscou-se discutir como o déficit de inclusão digital tem afetado a governança participativa da APACC, explorando a correlação entre conectividade, informação e desigualdade. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa e interpretativa, combinando análise documental da literatura científica e normativa com dados quantitativos descritivos do Índice Brasileiro de Conectividade, além de relato de experiência obtido em consulta pública realizada em Maceió/AL para ampliação da unidade. A pesquisa, de caráter exploratório e aplicado, utilizou o método indutivo para, a partir de observações, inferir padrões sobre os efeitos da exclusão digital na participação. Os resultados revelaram assimetrias na densidade de acesso móvel entre os municípios da APACC. Enquanto Maceió e São Miguel dos Milagres apresentam índices próximos ou superiores a 72%, Porto de Pedras e Passo de Camaragibe mal alcançam 27% de acesso efetivo, evidenciando que a mera cobertura técnica não se traduz em inclusão real. Essa disparidade, somada a barreiras educacionais, como baixa escolaridade entre pescadores; linguísticas, dada a linguagem técnica; e territoriais, com a dificuldade de

deslocamento para reuniões em horários comerciais, culmina no que a literatura denomina *infoexclusão* – um fenômeno que não apenas limita o acesso à informação ambiental, mas restringe a capacidade de grupos de exercerem sua cidadania e influenciarem decisões que os afetam. O relato da consulta pública para ampliação da APACC o ilustrou. Embora o ICMBio tenha cumprido os ritos formais de convocação, as comunidades pesqueiras permaneceram desinformadas, temendo prejuízos à pesca, e a maior parte não pôde se fazer presente devido à jornada de trabalho. Nesse caso, a exclusão digital operou como vetor de perpetuação de desigualdades, criando um ciclo vicioso no qual a fragilidade ecológica exige proteção legal, que por sua vez depende de participação, mas esta é minada por barreiras, o que, em última instância, fragiliza a própria proteção jurídica. Romper esse ciclo exige políticas que vão além da infraestrutura de conectividade. É necessário instituir protocolos híbridos de participação, com divulgação acessível, horários alternativos, locais descentralizados e etapas de capacitação cidadã, alinhando-se, inclusive, aos preceitos do Acordo de Escazú, ainda não ratificado pelo Brasil, que sugere o dever estatal de adaptar a participação às características das populações vulneráveis. Considerou-se que, enquanto a informação ambiental não for acessível e compreensível a todos, a gestão continuará refém de uma participação meramente formal, distante do ideal de justiça que a criação da unidade pretendia consagrar.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais. Governança Participativa. Infoexclusão. Justiça Socioambiental. Unidade de Conservação.